

001753

001753



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

### **MENSAGEM DE LEI Nº 149/2006**

Maringá, 11 de setembro de 2006.

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Câmara de Vereadores, Projeto de Lei Complementar que altera o Artigo 91 da Lei Complementar nº 505/2003, que dispõe sobre o sistema tributário do Município e dá outras providências, bem como os Artigos 31 e 32 de Lei Complementar nº 625/2006, que institui o regime jurídico tributário diferenciado, favorecido e simplificado, concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

A alteração pretendida para a Lei Complementar nº 5005/2003 trata, exclusivamente, do Alvará de Funcionamento Provisório.

Como é do conhecimento dos nobres Edis, a regra hoje vigente, para expedição do Alvará de Licença, visando o início de qualquer atividade, seja comercial, industrial ou de serviço, é através de vistoria prévia para análise das condições de localização, segurança, higiene, saúde, meio ambiente, em cumprimento à legislação urbanística e de postura do Município.

Tal rigidez compromete a desejada formalização dos empreendimentos, assim como cria uma excessiva burocracia para abertura dos estabelecimentos, mormente em relação às micros e pequenas empresas.

Ante tais transtornos, é imprescindível para o desenvolvimento comercial e industrial do Município que o registro e a legalização das micros e pequenas empresas sejam facilitadas e simplificadas, evidentemente, sem colocar em risco as normas vigentes relativas à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, bem como ao respeito à propriedade e aos direitos individuais.

Exmo. Sr.  
JOÃO ALVES CORRÊA  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Maringá  
**N E S T A**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

Desta forma, a proposta para modificação da Lei Complementar nº 5005/2003, prevê a criação do Alvará de Funcionamento Provisório, a ser concedido aos estabelecimentos que tenham sua atividade considerada de baixo risco.

A convalidação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes.

Esta alteração à Lei Complementar nº 505/2003, prevê, ainda, comando para que os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, sejam simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos e entidades municipais, dentro de suas respectivas competências.

Quanto às modificações sugeridas para a Lei Complementar nº 625/2006, objetivam autorização para que o incentivo adicional previsto no Artigo 9º, possa ser aplicado também ao contribuinte do imposto municipal, que se formalizar perante o Cadastro de Contribuintes do Município, nos termos do Artigo 31 da legislação em questão.

Esclareço que a aplicação imediata da política de incentivos à formalização dos pequenos empreendimentos, prevista no mencionado Artigo 31, é medida que se reveste de grande alcance social e não contraria as disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, eis que não há renúncia fiscal, tampouco desequilíbrio no orçamento vigente.

Ao exposto e na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração pelos integrantes dessa Casa de Leis, subscrevendo-me

Atenciosamente,

  
**SILVANO MAGALHÃES BARROS II**  
Prefeito Municipal



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 969 /2006.**

Altera a Lei Complementar nº 505/2003, no que se refere à concessão do alvará de licença e autorização de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviço, instituindo o Alvará de Funcionamento Provisório, bem com a Lei Complementar nº 625/2006, que institui o regime jurídico tributário, diferenciado, favorecido e simplificado, concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

### **LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** O artigo 91, da Lei Complementar Municipal nº 505/2003, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 91. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas, observado o seguinte:**

**I – quando o grau de risco da atividade não for considerado alto, conforme definido em regulamento, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro;**

**II – sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa.**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

**§ 1º Na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo, deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:**

**I - o Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no município;**

**II - a emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;**

**III - a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.**

**§ 2º Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da solicitação do registro, será emitido, pelo órgão responsável, o Alvará de Funcionamento Provisório, nos termos do parágrafo anterior.**

**§ 3º O Poder Executivo definirá, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.**

**§ 4º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências.**

**§ 5º É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização.**

**§ 6º Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local." (NR)**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

**Art. 2º** Acresce o §5º ao Artigo da Lei Complementar nº 625/2006, com o seguinte teor:

**"Art. 31. ...**

**§5º** Aplica-se a este Artigo, as disposições previstas no Artigo 9º desta Lei Complementar."

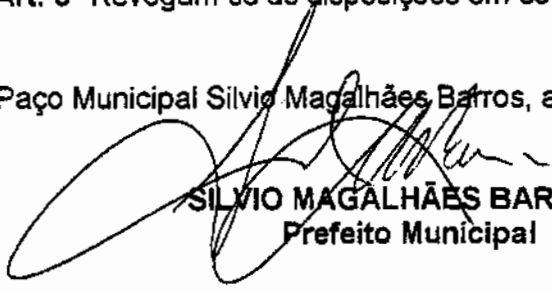
**Art. 3º** O Artigo 32 da Lei Complementar nº 625/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 32.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007, exceto em relação ao disposto no seu Artigo 31, que entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação." (NR)

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos após 90 (noventa) dias.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Silvío Magalhães Barros, aos 11 de setembro de 2006.

  
**SILVIO MAGALHÃES BARROS II**  
Prefeito Municipal